



168

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0004597-12.2011.8.17.1090 (0297994-6)
COMARCA: PAULISTA
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: JUEDSON VENANCIO DOS SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: GABRIEL GONÇALVES LEITE
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. VALORAÇÃO DA NATUREZA DA DROGA NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE E NA REDUÇÃO DA REPRIMENDA PELA CAUSA ESPECIAL PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/2006. BIS IN IDEM. IMPROCEDÊNCIA. POSSIBILIDADE DA INCIDÊNCIA DO ART. 42 DA LEI DE DROGAS EM ETAPAS DIFERENTES DA DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA EM 2/3 OU PATAMAR ACIMA DO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. PROPORCIONALIDADE DA REDUÇÃO NA FRAÇÃO DE 1/6. ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. INACOLHIMENTO. IMPOSIÇÃO DO REGIME FECHADO PELAS CIRCUNSTÂNCIAS PREPONDERANTES. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS DO ART. 44 DO CP. RÉU CONDENADO À PENA SUPERIOR A 04 ANOS. DOSIMETRIA CORRETA. SENTENÇA MANTIDA. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há que se falar em indevida violação do princípio do *ne bis in idem* na consideração da natureza e quantidade da droga em mais de uma etapa da dosimetria da pena, pois se trata de utilização da mesma regra em finalidades e momentos distintos, conforme entendimento pacífico das Cortes Superiores. Precedentes STJ.
2. Hipótese em que foram consideradas as particularidades do caso concreto e a natureza da droga para a redução proporcional da pena em 1/6.



169

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o HC n.º 111.840/ES, afastou a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados, devendo-se observar, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o disposto no art. 33, o art. 59, ambos do CP c/c o art. 42 da Lei de Drogas, os quais justificam a imposição do regime fechado.
4. Por se tratar de um requisito legal previsto no art. 44 do CP, não há de se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando o réu for condenado à pena superior a 04 anos de reclusão.
5. Apelação não provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 0004597-12.2011.8.17.1090 (0297994-6), da 2ª Vara Criminal da Comarca do Paulista/PE, em que figura(m), como Apelante, **Juedson Venâncio dos Santos** e, Apelado, **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº 0004597-12.2011.8.17.1090 (0297994-6)
COMARCA: PAULISTA
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: JUEDSON VENANCIO DOS SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: GABRIEL GONÇALVES LEITE
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Juedson Venâncio dos Santos recorre, tempestivamente, da decisão de **fls. 109/119**, que o condenou à pena de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, cumulada com o pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada dia no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, por haver incorrido no crime do art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006¹.

O Apelante, através da Defensoria Pública, apresentou suas razões de recurso, **às fls. 124/129**, onde pugna: **a)** pela aplicação da causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, na fração de 2/3 (dois terços), ou em patamar acima do mínimo, uma vez que a natureza da droga incidiu tanto na valoração da pena-base e como na fixação da referida redução, ofendendo, assim, o princípio do *non bis in idem*; **b)** pela modificação do regime prisional para o aberto, ou se mantida

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



a reprimenda para o semiaberto; e **c)** pela substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

O Ministério Público apresentou contrarrazões, **às fls. 132/137**, pugnando pela manutenção da sentença em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofertou parecer, **às fls. 151/156**, manifestando-se no sentido de negar provimento ao apelo, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

É, em resumo, o relatório.

Em seguida, à Douta Revisão.

Recife, 06 de 11 de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



170

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0004597-12.2011.8.17.1090 (0297994-6)
COMARCA: PAULISTA
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: JUEDSON VENANCIO DOS SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: GABRIEL GONÇALVES LEITE
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Segundo os autos, a denúncia foi **recebida** em **12.09.2011** (fl.73) e a sentença foi **publicada** em **06.08.2012** (fl. 119), não se operando, até o presente momento, a prescrição da pretensão punitiva estatal. Atualmente, o Apelante encontra-se **preso** no Presídio de Igarassú/PE, conforme certidão de fl. 122.

O Recorrente foi denunciado e condenado pelo crime de tráfico de drogas à pena de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, pelo seguinte fato delituoso:

Narra a denúncia que, no dia 07 de junho de 2011, por volta das 20:30 horas, na Praça da Liberdade, em Paratibe, no Município do Paulista, o Apelante foi preso em flagrante delito na posse de 16 (dezesseis) pedras da substância conhecida popularmente como crack, além da quantia em espécie de R\$ 19,00 (dezenove) reais. Informa a exordial, que a polícia vinha recebendo denúncias acerca do tráfico de drogas no bairro de Paratibe, mais precisamente na Praça da Liberdade, sendo que ao realizar campana no intuito de averiguar as informações dadas, a equipe policial



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

observou que o Apelante andava constantemente olhando para os lados, quando de repente apareceu outra pessoa e adquiriu uma pedra de crack, posteriormente, outro individuo comprou com o Apelante outra pedra da referida droga. Nesse momento, os policiais abordaram o Apelante e acharam em seu poder 16 (dezesseis) pedras de crack, razão pela qual lhe deram voz de prisão e o conduziram à autoridade policial, onde foi interrogado e confessou a prática do delito.

A materialidade do crime encontra-se comprovada através do Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 22, do Laudo de Constatação de fl. 24, do Laudo Pericial de fls. 97/101 e das declarações de fls. 07/11 dos autos.

Compulsando minuciosamente os elementos probatórios e a fundamentação empregada na sentença condenatória, verifica-se que não há como reconhecer a ocorrência do *bis in idem* pela incidência da natureza da droga na fixação da pena-base e na análise da aplicação da causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, posto que os Tribunais Superiores já pacificaram o entendimento de que o regramento do art. 42 da Lei 11.343/2006 pode ser considerado em mais de um etapa da dosimetria da pena, por se tratar de finalidades distintas.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. 1. TRÁFICO DE DROGAS. APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA EM SEU GRAU MÁXIMO. ART. 33, § 4º, DA LEI N.º 11.343/2006. MAJORAÇÃO FUNDAMENTADA EM FATOS CONCRETOS. ART. 42 DA LEI Nº 11.343/2006. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 2. BIS IN IDEM NÃO CONFIGURADO. 3. ALTERAÇÃO DA PENA-BASE E



172

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA SANÇÃO SEGREGATÓRIA. INOVAÇÃO NA VIA RECURSAL. TEMAS NÃO TRAZIDOS NA IMPETRAÇÃO. NÃO CABIMENTO. 4. RECURSO IMPROVIDO.

1. Para a não aplicação da causa especial de redução em seu patamar máximo, considerou-se, em especial, a gravidade concreta do crime, consubstanciada na quantidade e natureza da droga apreendida – qual seja, 8.760g (oito mil setecentos e sessenta gramas) de cocaína -, entorpecente de alto poder alucinógeno e viciante, em quantidade apta a atingir um número bem maior de usuários. Essa conjuntura afasta, a meu ver, eventual constrangimento ilegal passível de ser remediado por meio deste writ, pois foram mencionados fatos concretos que autorizam a majoração da reprimenda no patamar adotado, respeitados os limites de discricionariedade do magistrado.

2. Não há que se falar em indevida violação do princípio do ne bis in idem na consideração da natureza e quantidade da droga em mais de uma etapa da dosimetria da pena, pois se trata de utilização da mesma regra em finalidades e momentos distintos, conforme entendimento pacífico nesta Corte. Precedentes.

3. (...).

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, AgRg no HC 276992/MT, AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 2013/0302944-1, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 09.10.2013)

Da mesma forma, corroboro com o entendimento da Exma. Procuradora de Justiça de que não há qualquer reparo a ser realizado na fração proporcional utilizada na redução da pena, uma vez que as razões externadas pela magistrada primeva, que considerou os efeitos nefastos do crack na sociedade, justificam a redução no patamar de 1/6 (um sexto), o qual se apresenta justo e correto às particularidades do caso concreto.

Quanto ao pedido de modificação do regime prisional, vale frisar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do *Habeas*



173

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Corpus nº 111840, realizado no dia 27.07.2012, declarou a inconstitucionalidade da previsão contida no § 1º, do art. 2º, da Lei 8072/90, que determina a imposição obrigatória do regime fechado para o cumprimento inicial das penas relacionadas aos crimes hediondos e equiparados, abandonando-se, assim, a idéia de que a natureza do crime justificaria, por si só, a imposição de um regime prisional mais gravoso, reconhecendo que tal agravamento somente é possível se as circunstâncias judiciais do crime assim o exigir, nos termos do art. 33, § 3º, do CP.

Por seu turno, o art. 42 da Lei de Drogas estabelece que a natureza e a quantidade da substância entorpecente deverão preponderar sobre as demais circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, estando, portanto, devidamente fundamentada a imposição do regime fechado para o início do cumprimento da sanção no caso em apreço.

Por fim, considerando que o Apelante foi condenado a uma pena superior a 04 (quatro) anos de reclusão, não há de se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, já que os requisitos legais do art. 44 do CP não foram preenchidos.

Com esses fundamentos, **voto** no sentido de **negar provimento** ao presente apelo, mantendo-se a decisão condenatória em todos os seus termos.

Recife, 28 de 05 de 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



0017

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0004597-12.2011.8.17.1090 (0297994-6)
COMARCA : PAULISTA – 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE : JUEDSON VENÂNCIO DOS SANTOS
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO
PROCURADORA : DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por JUEDSON VENÂNCIO DOS SANTOS, por não haver se conformado com a sentença proferida pela Magistrada da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista-PE, em 06 de agosto de 2012, às fls. 109/119, que o condenou pelo crime previsto no art. 33, *caput*, da lei nº 11.343/2006, a pena definitiva de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, em regime prisional inicialmente fechado.

Narra a Denúncia de fls. 02/04, que no dia 07 de junho de 2011, por volta das 20h30min, na Praça da Liberdade, em Paratibe, no município de Paulista-PE, o Réu foi preso em flagrante delito na posse de 16 (dezesseis) pedras de crack, além da quantia em espécie de R\$ 19,00 (dezenove reais).

Aduz ainda a inicial acusatória que após denúncias anônimas acerca de tráfico de drogas em Paratibe, policiais fizeram campanha no local indicado com o intuito de averiguar a veracidade das informações, observaram que havia um elemento olhando de um lado para o outro em situação suspeita, quando repentinamente, viram pessoas comprando drogas ao ora Acusado. Ao efetuarem a abordagem do mesmo, encontraram 16 pedras de crack em seu poder.

A Defensoria Pública anexou as Razões do Recurso, às fls. 178/179, objetivando que a aplicação do § 4º, do art. 33, da Lei de Entorpecentes, seja efetuada na fração de 2/3 (dois terços), ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



possivelmente em patamar acima do mínimo. Asseverando ainda que a natureza da droga foi considerada no momento da fixação da pena-base e, por ocasião da aplicação da aludida redução, que a dupla consideração afrontou o princípio *bis in idem*. Pleiteia também a modificação do regime prisional do fechado para o aberto, ou ainda, caso o *quantum* da reprimenda aplicado pelo Juízo "*a quo*" seja mantido, que o regime para cumprimento da pena seja estipulado no semiaberto. E concluiu suas razões solicitando a substituição da pena de reclusão pela restritiva de direitos.

O Órgão Ministerial Estadual contrarrazoou às fls. 132/137, no sentido de que a sentença de 1º Grau seja mantida em seu inteiro teor.

A douta Procuradoria de Justiça manifestou-se através de seu Parecer, às fls. 151/156, pugnando pelo não provimento da presente apelação com a conservação da decisão condenatória em todos os seus termos.

Ao analisar detalhadamente os autos, entendo que os argumentos defensivos não merecem acolhimento.

Senão vejamos.

A materialidade encontra-se devidamente comprovada através do Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 22, do Laudo de Constatação de fl. 24 e, da Perícia Definitiva de fls. 97/101, além dos depoimentos coligidos em sede policial com em Juízo.

O Apelante não refuta a autoria do delito, questiona, unicamente, a dosimetria efetuada, especialmente, no tocante à dupla valoração da quantidade e natureza da substância entorpecente na fixação da reprimenda e no que se refere à causa de diminuição da pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei de Drogas. Entretanto, percebo que razão não assiste à Defesa, eis que o entendimento do STJ quanto a esta questão é no sentido de que não compõe ofensa ao princípio *non bis in idem*, visto que os requisitos previstos pelo art. 42, da Lei nº 11.343/2006, podem ser considerados tanto na fixação da pena-base, quanto na deliberação da fração da causa especial de diminuição da pena.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



A propósito.

HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4.º, DA NOVA LEI DE TÓXICOS. FIXAÇÃO DO QUANTUM DE REDUÇÃO. APLICAÇÃO, PELO JUÍZO SENTENCIANTE, NO PATAMAR DE 1/6 (UM SEXTO). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REGIME PRISIONAL: OBRIGATORIEDADE DO REGIME INICIAL FECHADO AFASTADA. DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1.º DO ART. 2.º DA LEI DE CRIMES HEDIONDOS, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 11.464/2007, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 33, §§ 2.º E 3.º DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. O art. 42 da Lei n.º 11.343/2006 impõe ao Juiz considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da droga, tanto na fixação da pena-base quanto na aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4.º do art. 33 da nova Lei de Tóxicos.

2. Não se trata de violação ao princípio do non bis in idem, mas apenas da utilização da mesma regra em finalidades e momentos distintos. Com efeito, na primeira etapa da dosimetria, os critérios do art. 59 do Código Penal e do art. 42 da Lei n.º 11.343/2006 servem para fundamentar a pena-base, enquanto no último momento do sistema trifásico os mesmos parâmetros serão utilizados para se estabelecer a fração de redução a ser aplicada em razão da minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei Antitóxicos.

3. Na espécie, à luz do art. 42 da Lei n.º 11.343/2006, a natureza e a quantidade da substância apreendida - 2.138 gramas de cocaína - justificam a não aplicação do redutor em seu grau máximo, qual seja: 2/3, observando-se a proporcionalidade necessária e suficiente para reprovação do crime.

4. Não havendo ilegalidade patente no quantum de redução pela minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei de Drogas, é vedado, na estreita via do habeas corpus, proceder ao amplo reexame dos critérios considerados para a sua fixação, por demandar análise de matéria fático-probatória.

5. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o HC n.º 111.840/ES, declarou, por maioria, incidentalmente, a inconstitucionalidade do § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 8.072/90, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 11.464/2007, afastando, dessa forma, a obrigatoriedade do regime inicial fechado para os condenados por crimes hediondos e equiparados.

6. Assim, independentemente da hediondez do delito, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena deve-se observar o disposto no art. 33, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal.

7. No caso dos autos, considerando o quantum da pena estabelecido e a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis, tem-se por justificada a fixação de regime prisional mais gravoso.

8. Na hipótese, não se mostra adequada a conversão da pena privativa de liberdade em penas restritivas de direitos, já que o Paciente não preenche os requisitos previstos no art. 44, incisos I e III, do Código Penal.

9. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 203507/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 05/09/2012)

Da mesma forma, quanto à fixação do redutor da pena com referência ao supracitado artigo, imposta pelo Juízo processante, entendo como justa e coerente com relação ao fato em exame. A magistrada para estabelecer a fração de 1/6 (um sexto), mencionou as condições favoráveis ao Apelante, porém, para fixar a menor fração levou em apreço, justamente, a natureza da droga, "o crack", e o seu grande poder de destruição do ser humano. E dessa maneira, não pode a Defesa ventilar diminuição maior da reprimenda, por esta se encontrar dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade com relação ao caso concreto.

A Defesa solicita também em suas razões um regime prisional mais brando para o Acusado cumprir a reprimenda,
Mrba/.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



sugerindo inicialmente o aberto, ou alternativamente o semiaberto. Sobre esta matéria o STF, se posicionou pela inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º, da Lei nº 8.072/90, que obrigava o regime inicial fechado para os condenados pelos delitos hediondos, ou a eles equiparados. O entendimento atual é que somente a natureza do delito não impõe um regime mais gravoso, para tanto, as diretrizes previstas pelo art. 59, do CP, também deve atribuir o regime fechado, como assim preconiza o art. 33, § 3º, do Código Penal.

Vale ressaltar que para fixar o regime inicial fechado para o ora Recorrente, a julgadora entendeu que a natureza e quantidade da droga devem prevalecer sobre as circunstâncias judiciais favoráveis ao Réu, como se encontra previsto no art. 42, da Lei de Drogas. Por isso, enfatizo que o regime fechado foi imposto adequadamente ao caso concreto em exame.

Para finalizar, como não é o caso de redução da pena, pois a mesma será mantida em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, não existem meios legais de atender ao pedido defensivo no sentido de converter a pena de reclusão em restritiva de direitos, em face da previsão da norma estabelecida no art. 44, inciso I, do Código Penal, que decreta que a pena de reclusão passível de ser substituída não pode ser superior a 04 (quatro) anos.

À vista de todo o exposto, **voto pelo improvimento** do presente **Recurso de Apelação**, para que se mantenha a sentença de 1º Grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28 de março de 2014.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor